

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.867.564 - PR (2020/0064995-6)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**RECORRIDO : JOSE ARMANDO FRANCISCO**  
**ADVOGADO : LUIS FELIPE REIS GASPAR - PR064822A**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo **Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**, com fundamento no art. 105, III, *a* da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 1.230):

*PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL EXPOSIÇÃO À ELETRICIDADE APÓS 05/03/1997. APOSENTADORIA ESPECIAL CONCESSÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA.*

*HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. TUTELA ESPECÍFICA.*

- 1. Comprovada a exposição do segurado a agente nocivo, na forma exigida pela legislação previdenciária aplicável à espécie, possível reconhecer-se a especialidade da atividade laborai por ele exercida.*
- 2. Tratando-se de eletricidade (atividade periculosa), é ínsito o risco potencial de acidente, não se exigindo a exposição permanente.*
- 3. A despeito da ausência de previsão expressa pelos Decretos nº 2.172/97 e 3.048/99, é possível o reconhecimento da especialidade do labor desenvolvido com exposição à eletricidade média superior a 250 volts após 05/03/1997, com fundamento na Súmula nº 198/TFR, na Lei nº 7.369/85 (regulamentada pelo Decreto nº 93.412/96) e, a partir de 08/12/2012, na Lei nº 12.740.*
- 4. Tem direito à aposentadoria especial o segurado que possui 25 anos de tempo de serviço especial e implementa os demais requisitos para a concessão do benefício.*
- 6. Verba honorária majorada em razão no comando inserto no § 11 do art. 85 do CPC/2015.*
- 7. Reconhecido o direito da parte, impõe-se a determinação para a imediata implantação do benefício, nos termos do art. 497 do CPC.*

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fl. 1.306).

Aponta o recorrente violação aos arts. 141, 492, 927, IV, 1.013 e 1.022, II, do CPC/2015, 57, § 8º, da Lei 8.213/91, sustentando, além de negativa de prestação

jurisdicional, a ocorrência de **reformatio in pejus**, na medida em que o acórdão recorrido fixou como início do benefício a data do requerimento administrativo e não a data do afastamento do trabalho.

Alega que "*Diante da não interposição de recurso pela parte autora, não podia o Tribunal a quo ter agravado a condenação, afastando a incidência do art. 57, § 8º, da Lei 8.213/91, pois estava em julgamento apenas o recurso de apelação do INSS*" (fl. 1.321)

Aduz que "*Não estava, portanto, em julgamento recurso que autorizasse o agravamento, sendo que o STJ já consolidou entendimento na Súmula 45, de que no reexame necessário é defeso ao tribunal agravar a condenação imposta à Fazenda Pública, também aplicável ao julgamento da apelação interposta pelo ente público*" (fl. 1.321).

Afirma que "*não está se discutindo aqui a data de início do benefício, mas a vedação do segurado continuar no exercício da atividade especial após a implantação de sua aposentadoria especial*" (fl. 1.322).

Sem contrarrazões.

### **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

A irresignação não comporta acolhida.

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022, II, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

No que diz respeito à alegação de **reformatio in pejus**, o Tribunal de origem, ao solucionar a controvérsia, adotou as seguintes razões de decidir (fls. 1.310/1.311):

*Inicialmente, cumpre ressaltar que o despacho (evento 10, DESPADEC1) não incorreu em prejuízo ao INSS, à medida que somente reafirmou ponto dos fundamentos do julgado para que a Autarquia Federal cumpra o decisum na íntegra. Conforme trecho a seguir, este Colegiado já havia se manifestado sobre a*

*desnecessidade de afastamento da parte autora de suas atividades para recebimento da aposentadoria:*

*De ressaltar, ainda, que a Corte Especial deste Tribunal (Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade n. 5001401-77.2012.404.0000, Rel. Des. Federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira, julgado em 24/05/2012) decidiu pela inconstitucionalidade do § 8º do art. 57 da Lei de Benefícios, (a) por afronta ao princípio constitucional que garante o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão (art. 5º, XIII, da Constituição Federal de 1988);*

*(b) porque a proibição de trabalho perigoso ou insalubre existente no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, só se destina aos menores de dezoito anos, não havendo vedação ao segurado aposentado; (c) e porque o art. 201, § da Carta Magna de 1988, não estabelece qualquer condição ou restrição ao gozo da aposentadoria especial.*

*Por outro lado, o art. 57, § 2º, da Lei nº 8.213/91, prevê que a data de início do benefício será fixada da mesma forma que a da aposentadoria por idade, conforme o disposto no art. 49. E esse dispositivo, por seu turno, em seu inciso II, dispõe para os casos como o dos autos, a inativação a contar da data do requerimento administrativo.*

*A implantação da aposentadoria especial não exige o afastamento do segurado da atividade que o exponha a agentes nocivos, havendo a Corte Especial deste Tribunal, em julgamento realizado em 24/05/2012, afirmado a inconstitucionalidade do § 8º do artigo 57 da Lei 8.213/91 (Arguição de Inconstitucionalidade nº 5001401-77.2012.404.0000, Relator Desembargador Federal Ricardo Teixeira Do Valle Pereira), consoante os fundamentos do acórdão embargado, que apreciou o tema. (...).*

Assim, verifica-se que o Tribunal de origem decidiu a controvérsia à luz de fundamentos eminentemente constitucionais, matéria insuscetível de ser examinada em sede de recurso especial.

**ANTE O EXPOSTO**, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**Relator**